



OI, EU SOU O CONSERVADORISMO, SE VOCÊ NÃO SE POSICIONAR EU VOU TE PEGAR!

GARCIA, Flávia de Brito Souza¹

RUVIARO, Débora²

RESUMO: Por meio de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, este artigo objetiva apresentar como o Serviço Social trata o conservadorismo nas pesquisas acadêmicas a partir de 2016, tendo em vista o cenário conservador desta sociabilidade refletido no interior da profissão. Considerando que o processo de crítica ao conservadorismo no Serviço Social culminou no rompimento com o tradicionalismo, afirmamos que o conservadorismo não é um elemento endógeno à profissão, pois encontra-se presente na sociedade como um todo. Visando a obtenção de elementos para a formulação deste artigo, realizou-se revisão de literatura na biblioteca de periódicos científicos SciELO (Scientific Electronic Library Online), com o intuito de mapear as produções teóricas provenientes de pesquisas acadêmicas produzidas no âmbito do Brasil. Neste sentido, a metodologia foi utilizada para apreender como o Serviço Social vem tratando o tema do conservadorismo nas pesquisas acadêmicas a partir de 2016.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Conservadorismo; Ética-profissional.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta revisão de literatura a respeito do tema conservadorismo e Serviço Social. Sendo o conservadorismo um entrave para o avanço das bandeiras de luta levantadas pelo projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, é importante que se faça uma crítica contundente no sentido de desbancar pautas conservadoras e avançar na luta contra os sistemas opressores.

O escopo deste estudo objetiva apreender como o Serviço Social vem tratando o tema do conservadorismo nas pesquisas acadêmicas a partir de 2016.

As relações sociais construídas no período do Brasil colônia continuam tendo consequências, e mais do que isso, podem ser evidenciadas, na realidade atual. Um país construído com base no genocídio de sua população originária e na escravização de pessoas advindas do continente africano não é capaz de esconder suas raízes, mesmo se constituindo em uma república democrática de direito. Em terras tupiniquins, o racismo acompanha o sexismo de perto e não se pode separá-los, nem mesmo sob alegações acadêmico-metodológicas.

¹ Assistente Social. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC). Mestre em Estudos Africanos pelo Instituto Universitário de Lisboa. E-mail: flaviabritosouza@gmail.com.

² Assistente Social. Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC). Mestre em Serviço Social pelo PPGSS/UFSC. E-mail: deboravro@gmail.com.



O conservadorismo presente na sociedade brasileira é reproduzido por meio de valores morais ligados à religião, especialmente o cristianismo, se espraiando por todas as esferas da vida social. Os valores conservadores giram em torno da proteção e conservação dos princípios que norteiam os ideais da família monogâmica e heterossexual – em geral chefiada pelo homem –, da propriedade privada e do livre mercado. Esses princípios, portanto, ultrapassam a vida privada e são defendidos nas relações de trabalho, nas decisões políticas, na economia, na educação, enfim, no conjunto da vida social. Em suma, ser conservador significa defender a continuação da sociedade capitalista baseada na exploração da força de trabalho, e do patriarcado como sistema que não oferece igualdade no grau de liberdade entre homens e mulheres.

No que tange ao cenário político brasileiro, após termos figuras como Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff ocupando a presidência, a figura de Jair Messias Bolsonaro parece retrógrada e destoante do marco civilizatório que o Brasil alcançou com governos considerados progressistas. Contudo, é preciso reconhecer que Bolsonaro foi eleito democraticamente sem esconder suas posições elitistas, antidemocráticas e eugenistas. Como aponta Ziegler (2011), mentes progressistas apresentavam esperanças que foram esmagadas nos idos de 2016 e começou-se a falar de neoconservadorismo e neofascismo a partir dessa tal nova onda conservadora, que na realidade sempre existiu.

Desta forma, o foco de análise da pesquisa encontra-se em estudos produzidos a partir de 2016, período no qual houve o golpe parlamentar da presidente Dilma Rousseff, momento decisivo para modificações importantes no cenário político brasileiro e recrudescimento do conservadorismo no Brasil.

O conservadorismo orchestra não só a vida privada, mas também a agenda pública da política brasileira. Diante disso, é necessário estabelecer trincheiras e ganhar espaço no debate público com o intuito de obter avanços na agenda progressista, realizando forçosamente a crítica ao conservadorismo, no intuito de fortalecer o projeto ético-político profissional e na defesa dos direitos humanos.

METODOLOGIA

Nesta parte do trabalho, são apresentadas as escolhas metodológicas realizadas para efetivação desta revisão de literatura. A plataforma de pesquisa escolhida foi a biblioteca de periódicos científicos SciELO (Scientific Electronic Library Online), com o intuito de mapear as produções teóricas provenientes de pesquisas acadêmicas produzidas no âmbito do Brasil.

Utilizaram-se os termos “serviço social” e “conservadorismo”, combinados pelo operador booleano “AND”, buscando estudos que tratem os dois temas de forma cruzada



(PEREIRA; GALVÃO, 2014). Essa construção foi baseada no objetivo principal desta pesquisa, qual seja apreender como o Serviço Social vem tratando o tema do conservadorismo nas pesquisas acadêmicas a partir de 2016. Combinando esses dois termos na base de dados da SciELO (Scientific Electronic Library Online), surgiram 24 resultados.

Considerando o foco de análise temporal da presente pesquisa, fez-se o refinamento do resultado da busca para estudos produzidos entre os anos de 2016 a 2021, momento decisivo para modificações importantes no cenário político brasileiro e recrudescimento do conservadorismo no Brasil.

Assim, no período identificado, chegou-se ao total de 19 artigos no portal da SciELO, sendo cinco publicados em 2016, sete em 2017, um em 2018, três em 2019 e três em 2020 - o mecanismo de buscas não apresentou artigos para o ano de 2021. Procedeu-se a leitura dos resumos desses 19 artigos, para em seguida avaliar quais se aproximam mais do objeto em discussão e quais ainda deveriam ser descartados.

A partir da leitura dos resumos, dez artigos foram imediatamente descartados, por não apresentarem tema que atendesse aos objetivos da presente pesquisa.

SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO

O projeto político autoritário de cunho conservador, o qual ganhou força a partir da efervescência política causada pelas manifestações de rua ocorridas em 2013 no Brasil, tem se colocado com maior proeminência na sociedade, principalmente a partir das eleições de 2018, com a chegada de Jair Messias Bolsonaro à presidência da república.

Neste ínterim, movimentos políticos favoráveis ao governo – e alinhados às bancadas da bala, da bíblia e do boi no Congresso Federal – levantam as bandeiras da chamada extrema direita em desfavor das minorias, operando sistematicamente na deslegitimação das pautas levantadas pelos movimentos sociais progressistas, como o racismo, a lgbtfobia, a defesa das mulheres, da agricultura familiar, das populações indígenas, dentre outras. Este movimento político ultrapassa a forma do discurso e incide na vida prática de brasileiros e brasileiras, que sentem as consequências do arrocho salarial e das políticas neoliberais de redução de direitos sociais. Isto significa que estes rebatimentos serão sentidos também na profissão de Serviço Social, e na prática profissional de assistentes sociais, os quais não encontram-se isolados, mas sim fazem parte da sociabilidade brasileira, sendo por ela interpelados.

Diante do cenário atual, a conjuntura vem nos apresentando o aprofundamento da desigualdade social de raça/etnia, gênero, sexualidade, em uma sociedade devastada pelo



aprofundamento do neoliberalismo. Projetos políticos neoliberais que dilapidaram políticas públicas e sociais. Movimentos que consolidam projetos conservadores de um Estado que corta recursos públicos, desmonta políticas, avança nas contrarreformas e coloca em prática ações que permitem ao capital seguir com seu fluxo destrutivo. Sendo assim, as atrocidades deste sistema condenam a sobrevivência da parcela mais pauperizada da classe trabalhadora, em especial a população negra. Deste modo, questionamos: há rebatimento destas práticas conservadoras no Serviço Social? A resposta é certamente positiva, pois não há como deslocar o Serviço Social da realidade brasileira.

Duas premissas são, deste modo, basilares para o desenvolvimento deste argumento: a primeira, de que a profissão de Serviço Social não encontra-se descolada da conjuntura sócio-histórica na qual se insere, e, assim como a modifica, é por ela modificada; e a segunda, de que os/as próprios/as assistentes sociais sofrem as consequências desastrosas de projetos políticos autoritários, tanto como operadores/as da política pública, quanto como trabalhadores/as que sentem a degradação das condições de trabalho.

É importante salientar, neste sentido, que os movimentos do Serviço Social pautam uma luta contra o viés conservador de continuidade com o passado profissional e a favor de uma perspectiva de intenção de ruptura (NETTO, 2005). Na década de 1960, timidamente começa a se gestar o Projeto Ético-Político, o qual ganha densidade a partir do final dos anos 1970, e tem uma emblemática expressão de construção coletiva no Congresso da Virada em 1979.

Netto (2005) ressalta que a reação de profissionais ao conservadorismo e a construção do Projeto Ético-Político Profissional foi possível pela conjunção de importantes momentos, como: a incorporação da teoria crítica marxista no âmbito da pesquisa e da produção de conhecimento pelo Serviço Social, a qual permitiu o rompimento com o pensamento conservador predominante; a articulação da profissão com movimentos sociais e partidos políticos anticapitalistas, se comprometendo com a classe trabalhadora; a superação do monopólio conservador que orientava a formação e o trabalho profissional, com um posicionamento crítico; e a construção do conjunto de organizações profissionais voltadas aos valores e lutas anticapitalistas.

Entre as décadas de 1970 e 1980, o Serviço Social desenvolveu o enfrentamento e denunciou o conservadorismo na profissão. Denominado como Projeto ético-político, este novo projeto profissional é coletivo, com dimensão política, apresentando uma auto-imagem da profissão, elegendo valores que a legitimam, priorizando objetivos e funções, pontuando normas, estabelecendo a relação com usuários/as, outras profissões e instituições, com estrutura dinâmica respeitando as alterações da realidade social (NETTO, 1999).



Essas reflexões nos possibilitam pensar que o Serviço Social, assim como outras profissões, é um campo de tensões e de lutas, e portanto, um terreno de disputas que se modificam conforme os processos sociais construídos coletivamente. Neste sentido, Netto (2005, p. 202) ressalta que “na entrada do segundo lustro da década de sessenta, posturas francamente conservadoras encontravam um ambiente pouco favorável para se objetivarem como tais na (auto)representação profissional”, entretanto não era motivo para sua superação, no máximo para sua reconfiguração. Contudo, mesmo que haja a consolidação de um projeto profissional que se apresenta como hegemônico, não é sinal de que haverá a supressão das divergências e contradições. Deste modo, ainda que a profissão tenha se encaminhado para a ruptura de um Serviço Social tradicional e conservador não há garantias de que esta intenção tenha sido efetivada.

Em vista disso, é necessário pontuar que sempre haverá projetos alternativos no interior da profissão, os quais poderão entrar em disputa ao se fortalecerem. Além disso, os projetos societários influenciam as profissões de diferentes formas, a depender da conjuntura.

Assim, a partir das vivências de nossa prática profissional – e acompanhando os desdobramentos da conjuntura social, econômica e política brasileiras –, é possível afirmar que as expressões do conservadorismo tem se agudizado no Serviço Social. Por um lado, percebe-se a proliferação de determinados posicionamentos contrários à teoria social marxista, os quais representam uma disputa de posicionamentos políticos. E por outro, a presença e o fortalecimento de práticas imediatistas, uma vez que há “o fortalecimento da já difundida persistente lógica do ‘saber prático’ no interior da profissão” (MARANHÃO, 2016, p.166), sendo esta uma prática balizada pelo empirismo, sem uma interpretação crítico-dialética da realidade.

São posturas profissionais que perante a realidade cotidiana expressam o insuperável lastro conservador e representam um simples fazer profissional imediatista, baseado no pragmatismo, irracionalismo eclético, subjetivo e idealista. Sendo assim, o fazer profissional conservador remete ao Serviço Social tradicional e conseqüentemente a todas as suas implicações que são elementos com suas peculiaridades.

Para Boschetti (2015, p. 642), o Serviço Social “se constitui, se desenvolve e se materializa em relações sociais permeadas e alimentadas cotidianamente pelas determinações sociais fundadas no pensamento conservador.” A autora afirma ainda que a luta contra o conservadorismo vem enfrentando “um contexto de forte ofensiva capitalista, no contexto de uma crise mundial, com mudanças que impactam diretamente na classe trabalhadora e nos seus projetos de superação da ordem burguesa” (BOSCHETTI, 2015, p. 642). Sendo assim, observamos que o conservadorismo se apresenta com um projeto



profissional no interior da profissão o qual poderá se reconfigurar e reatualizar em determinados momentos, se camuflar ou se manifestar explicitamente. São características que irão depender do cenário no interior da profissão e da conjuntura brasileira e que poderão influenciar na atuação profissional e refletir de maneira não positiva na vida da classe trabalhadora que vivencia um contexto regressivo, com reforço da moralização e do conservadorismo, sem aproximação com o pensamento marxista, realizando leituras individuais, sem considerar a subjetividade da vida de cada sujeito.

Considerando que o Serviço Social se encontra no contexto da sociedade brasileira, os momentos históricos, políticos e sociais influenciam no direcionamento da prática profissional, tendo como objetivo ético-político a superação da sociabilidade capitalista. Em tempos de valorização do individualismo e de agudização das desigualdades, de violências e barbáries sociais, torna-se imperativo reafirmar o projeto profissional construído coletivamente, pois não podemos recuar frente à ofensiva do conservadorismo e tampouco retroceder na história desta profissão. Precisamos resistir frente ao exacerbado conservadorismo, reafirmando o Projeto Ético-Político do Serviço Social de maneira precisa ao passo do “combate ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população” (NETTO, 1999, p.19).

Entretanto, é importante reafirmar a importância de atrelar o projeto profissional aos projetos políticos de sociedade, para que não fiquemos ensimesmados/as dentro de uma bolha que só diga respeito e só responda às expectativas das/os profissionais do Serviço Social.

ALGUNS ACHADOS DA PESQUISA

Procurando dar subsídio às questões levantadas neste trabalho, apresentamos a seguir alguns achados da revisão de literatura realizada com base na pesquisa levantada a partir dos artigos levantados na SciELO. Foram analisados nove artigos, dos quais quatro serão apresentados a seguir:

- “80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo” de Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso (2016), publicado na Revista Serviço Social e Sociedade;
- “Serviço Social: um *enfant terrible* na institucionalidade burguesa?” de Potyara A. P. Pereira (2016), publicado na Revista Serviço Social e Sociedade;



- “80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo” de Maria Beatriz Costa Abramides (2016), publicado na Revista Serviço Social e Sociedade;

- “Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário” de Ana Elizabete Mota e Mavi Rodrigues (2020), publicado na Revista Katálysis.

O artigo de Cardoso (2016) apresenta uma análise dos currículos mínimos e das diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social, desde a primeira Escola de Serviço Social brasileira, fundada em 1936. Dos oitenta anos que a profissão completou recentemente, os cinquenta primeiros foram vinculados “a uma perspectiva conservadora e tradicional sobre a realidade e a profissão, direcionando a formação dos assistentes sociais brasileiros e a constituição de uma identidade profissional” (CARDOSO, 2016, p. 453). Identidade essa vinculada aos preceitos, primeiro da Igreja Católica, depois do positivismo na metodologia estadunidense e da ideologia desenvolvimentista.

Estes preceitos criaram no Serviço Social uma identidade “atrelada à caridade, ao assistencialismo e ao paternalismo”, marcando também “a constituição de um ethos (modo de ser) profissional conservador que compreendia o papel do assistente social na busca da harmonia, do ajuste e da correção dos “desequilíbrios” e “desajustes” dos indivíduos e famílias”(CARDOSO, 2016, p. 444 – grifos da autora).

Se a partir da análise dos currículos, os primeiros cinquenta anos da formação profissional representam a constituição de um profissional conservador, já os últimos trinta anos representam uma “inflexão na direção da ruptura com essa perspectiva construindo uma nova concepção de profissão e, conseqüentemente, uma nova identidade profissional” (CARDOSO, 2016, p. 453). Esta nova concepção de profissão, construída a partir da aproximação com a tradição marxista, elege a questão social como objeto de intervenção do Serviço Social, “sendo necessário o desvelamento das antagônicas relações entre capital e trabalho na sociedade de classes para a compreensão das expressões da “questão social” sob as quais a intervenção profissional se realiza” (CARDOSO, 2016, p. 451 – grifos da autora).

Esta inflexão colocada para o Serviço Social nos últimos trinta anos caminha na perspectiva emancipatória, e não mais na correção dos desvios e desequilíbrios de indivíduos. Porém, esta trajetória de ruptura com o conservadorismo é recente e não é automática, apesar de ter sido crucial para o seu fortalecimento a constituição de currículos que apontassem nesta direção.

O artigo de Pereira (2016) faz uma retrospectiva do Serviço Social enquanto profissão constituída na ordem capitalista, com uma histórica e mundializada tendência a manifestar-se contrariamente a esta ordem. A autora aponta que, no interior da profissão, há



o cultivo “de uma *cultura de oposição* ao conservadorismo, que não obstante minoritária, tem conseguido persistir no tempo e manter viva a disposição de fazer frente ao radicalismo burguês” (PEREIRA, 2006, p. 414 – grifos da autora).

Tomando como ponto de partida a ideia de que nem o Projeto Ético-Político nem o Serviço Social enquanto profissão devem ser apreendidos enquanto objetos estáticos, e sim enquanto processos, Pereira (2006) demonstra que o movimento de reconstituição ocorrido na América Latina nas décadas de 1960/70 deu um passo importante para a construção de uma oposição ao conservadorismo. Em nível mundial, o chamado Serviço Social radical dos Estados Unidos também seguiu uma tendência progressista, porém foi engolfado pelo neoliberalismo.

[...] com o objetivo de formar profissionais dotados de consciência crítica, que remete aos preceitos pedagógicos libertadores do educador Paulo Freire — a meu ver, outra importante fonte de inspiração do processo de reconceitualização do Serviço Social brasileiro — e comprometidos com mudanças que revertessem as condições desumanas de vida e de trabalho da maioria, foram exigidas das escolas de Serviço Social providências (PEREIRA, 2006, p. 425).

Estas providências dizem respeito, basicamente, à ampliação do referencial teórico para as Ciências Sociais, adotando o referencial teórico marxista e utilizando o materialismo histórico-dialético como método. Isso levou a uma maior valorização da produção teórica dentro do Serviço Social, para além do âmbito estritamente técnico-operativo. Além disso, na prática profissional, passou-se a privilegiar abordagens coletivas, em detrimento do atendimento individualizado (PEREIRA, 2006). Todos estes pontos, segundo a autora, coroaram o projeto ético-político profissional atualmente reconhecido, para além do âmbito teórico-acadêmico, pois está materializado na lei de regulamentação da profissão, no código de ética, e na atuação das entidades representativas da categoria.

Os apontamentos feitos pela autora nos fazem elucubrar a respeito das potencialidades contidas nos profissionais de Serviço Social, justamente pela criticidade com que se colocam na grande maioria dos espaços sócio-ocupacionais que ocupam. Criticidade que se apresenta em duas formas: “a) de não aceitar nada sem exame prévio e minucioso, para ter certeza e segurança do que está falando e defendendo; b) de não temer os resultados de sua crítica e nem tampouco os conflitos que dela advirão” (PEREIRA, 2006, p. 427-428).

Longe de acreditar que este entendimento é unânime entre os profissionais de Serviço Social, os apontamentos da autora servem para reafirmar a importância que a profissão ocupa no cenário nacional como uma das poucas – mas não a única, certamente, – a permanecer na árdua contraposição ao *status quo*, às políticas neoliberais e ao mote conservador sempre presente na sociedade.



O artigo de Abramides (2016, p. 457) inicia com uma proposição diferente das demais autoras: “A profissão, relativamente jovem, tem cinquenta de seus oitenta anos marcada pelo processo de ruptura com o conservadorismo”. Isso porque a autora considera os praticamente vinte anos de disputa entre as tendências dentro da vertente de renovação da profissão, a qual teve origem na década de 1960, como parte do processo de ruptura com o conservadorismo no interior da profissão.

Se Cardoso (2016) privilegia a análise a partir dos estudos dos currículos dos cursos de Serviço Social, e Pereira (2016) dá centralidade à cultura de oposição ao conservadorismo, Abramides (2016, p. 457) prefere “privilegiar as determinações e os caminhos da profissão consubstanciados no Projeto Ético-Político profissional hegemônico, do Serviço Social brasileiro, em sua relação com as lutas sociais e os direitos dos trabalhadores”. A experiência formativa do Método BH – executado na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais – é colocado ao lado da atuação do movimento estudantil no período da ditadura militar como elementos importantes na gênese do projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo.

Na continuidade do processo de ruptura, Abramides (2016) dá centralidade às lutas de assistentes sociais por meio de entidades sindicais, e apresenta o Congresso da Virada, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais ocorrido em 1979 como elemento central. Diz a autora: “O III CBAS se transformou na expressão pública e coletiva do processo de ruptura com o conservadorismo” (ABRAMIDES, 2016, p. 465).

O artigo de Mota e Rodrigues (2020) é escrito em um contexto diferente dos três artigos anteriores, os quais dão centralidade ao momento de comemoração dos oitenta anos de Serviço Social no Brasil. De certo modo, o direcionamento político de Mota e Rodrigues (2020, p. 199) não destoam das demais, ao anunciarem o legado do III CBAS “na nova cultura profissional de horizonte progressista, forjada pela profissão na crise da ditadura de 1964, e que permitiu a elaboração de um projeto profissional comprometido com a emancipação humana”.

Esta premissa é importante, já que este legado é diretamente confrontado na atual conjuntura brasileira pela “difusão de um conservadorismo reacionário, de caráter filo-fascista, [...] fundamental à implementação de uma agenda econômica ultraneoliberal no país” (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 199).

O conservadorismo – que, como temos salientado no decorrer deste trabalho, é caudatário da formação sócio-histórica brasileira e se tem feito mais presente nos discursos desde meados de 2013, especialmente a partir de 2016, e preponderantemente a partir das eleições de 2018 – teve rebatimentos no Serviço Social. Algumas tendências têm sido



colocadas mais abertamente pela categoria profissional em diferentes espaços, conforme apontam as autoras:

A revalorização da empiria e do pragmatismo e a aversão à maturação intelectual conquistada pelo Serviço Social brasileiro acompanha-se [...] de uma explícita aversão ao horizonte progressista da cultura profissional que se erigiu desde a virada, sendo tomado grosseiramente como uma doutrinação ideológica de esquerda que vetaria o livre exercício profissional. Tal qual o Escola Sem Partido, advoga-se um Serviço Social livre de ideologias, como se fosse possível existir intervenção socioprofissional despida de parâmetros ideológicos (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 206).

Também têm sido colocadas perspectivas marcadas pelo fundamentalismo cristão, além de um retorno às abordagens individualizantes por meio do Serviço Social Clínico. “Em suma, estas tendências, ao que tudo indica, se articulam e evidenciam expressões ecléticas e heterogêneas do conservadorismo moderno” (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 207), e que também são reflexo –mas não apenas – da precarização do ensino ocorrida nas últimas décadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto relevante é o entendimento de que o Serviço Social vem se colocando contrário ao conservadorismo desde a década de 60 do século passado, e que o conservadorismo no interior da profissão deve ser compreendido historicamente, ou seja, atrelado às dinâmicas sociais de cada tempo histórico.

Não há na história do Serviço Social um momento sem a presença do conservadorismo. Ele se reinventa - ora fica mais visível em outros períodos não, porém ele não deixa de existir, mesmo diante de todos os movimentos políticos. Não há história da profissão desvinculada com a formação social brasileira, principalmente pelo fato de atuarmos nas expressões da questão social as quais são resultado dos processos de produção de desigualdades sociais gerados pela exploração e opressão próprias da sociedade capitalista.

As pesquisas mostram que o Serviço Social e o conservadorismo caminham lado a lado, porém a profissão demonstra um direcionamento ético e político que não tenha em sua centralidade a cultura do conservadorismo. O conservadorismo exacerbado que se faz presente no interior do Serviço Social não é um elemento endógeno, ele encontra-se presente nesta sociabilidade e por isso ter postura crítica é imperativo para intervir na realidade.

REFERÊNCIAS



ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2016, n. 127, pp. 456-475. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.080>. Acesso em mar. 2022.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, pp. 637-651, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0637.pdf>. Acesso em 03 de junho de 2020.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2016, n. 127, pp. 430-455. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.079>. Acesso em mar. 2022.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MARANHÃO, César. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo, In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. (Orgs.) **Cenários, contradições e pelejas do serviço social brasileiro**. São Paulo, Cortez, 2016 (pp. 165 a 206).

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálysis** [online]. 2020, v. 23, n.02. pp. 199-212. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p199>. Acesso em mar 2022.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. - 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD UnB, 1999. Disponível em: https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf Acesso em: 03 de junho 2020.

PEREIRA, Mauricio Gomes; GALVÃO, Taís Freire. Etapas de busca e seleção de artigos em revisões sistemáticas da literatura. **Epidemiol. Ser. Saúde**. 23 (2), p. 369-371, Brasília, abr-jun. 2014. Disponível em: doi: 10.5123/S1679-49742014000200019. Acesso em set. 2020.

PEREIRA, Potyara A. P. Serviço Social: um enfant terrible na institucionalidade burguesa?. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2016, n. 127, pp. 413-429. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.078>. Acesso em mar 2022.

ZIEGLER, Jean. **Ódio ao ocidente**. São Paulo: Cortez, 2011.